

Comuna de Paris, “partidos” e “movimentos”*

Elie Machado**

Resumo:

A partir da congruência, na atuação dos *communards* em 1871, entre o objetivo pelo qual lutaram (emancipação econômica do trabalho) e as formas como se organizaram para lutar por ele (democracia direta, anti-burocratismo, pluralismo político-ideológico), este artigo problematiza a organização política dos trabalhadores tendo por base as contribuições teóricas de Marx, Lênin e de intelectuais ligados aos movimentos sociais na atualidade.

Palavras-chave: Comuna de Paris. Classe e partido. Proletariado. Movimentos sociais.

A concentração de todas as funções clandestinas entre as mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa absolutamente que esses “pensarão por todos”, que a multidão não tomará parte ativa no movimento.

Lênin, Que fazer?

Não é uma tarefa fácil discutir Comuna de Paris de 1871 de um lado e, de outro, “partidos” e “movimentos” no século XXI, a começar pelo fato de que na história recente da América Latina nenhum partido ou “movimento social” “tomou o céu de assalto” e menos ainda iniciou a transição ao socialismo (seja lá o que se entenda por socialismo). Desde a Patagônia argentina até a Selva Lacandona mexicana, a região tem sido palco de vários movimentos de resistências às políticas neoliberais,¹ mas, nem por isso suas ações resultaram na derrubada da supremacia burguesa e na tomada do Estado burguês pelas classes populares. Por sua vez, os *communards* tomaram o poder e governaram Paris por 72 dias; suas práticas políticas ocorreram no âmbito do exercício da dominação polí-

* Agradeço aos membros do GEPAL pelas importantes críticas e contribuições proporcionadas nos encontros rotineiros do grupo. As eventuais falhas e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

** Professor de C. Política da Universidade Estadual de Londrina, coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e membro do GT *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas* do CLACSO. End. eletrônico: elielmachado@uol.com.br.

¹ Estas ações ocorreram com bastante frequência nos anos 1990 e se estenderam até meados dos anos 2000, quando se tornaram mais raras. Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, México e Equador foram os principais palcos das manifestações populares.

tica, mesmo por este curto período de tempo. Este é um dos aspectos que os diferenciam dos “partidos” e “movimentos sociais” na atual conjuntura política latino-americana. Outra dificuldade de comparação se refere às transformações do capitalismo que passou de concorrencial, no século XIX, ao monopolista e oligopolista nos séculos subsequentes. O próprio movimento operário sofreu mudanças de lá para cá ao organizar-se em partidos de massas e ao construir poderosos sindicatos; o século XX testemunhou revoluções socialistas, regimes fascistas e duas guerras mundiais.

Apesar da complexidade das transformações políticas, sociais e econômicas do capitalismo mundial nos últimos dois séculos, o propósito deste artigo é modesto e, seguramente, apresenta lacunas. Todavia, pretendemos examinar as possibilidades de as formas de organização política dos trabalhadores serem congruentes com os objetivos pelos quais lutam. Para isso, apresentamos três hipóteses: 1. Durante a Comuna de Paris existiu tal congruência, calcada no tripé do anti-burocratismo, da democracia direta e do pluralismo político-ideológico; 2. A revolução de 1871 foi conduzida por uma espécie de “direção colegiada”, dentro da qual os marxistas constituíram a fração mais resoluta; 3. Há indícios de que este tipo de “direção” já se fazia presente nas formulações de organização política de Marx e Lênin.

Desse modo, estruturamos este artigo em três partes: inicialmente discutimos as experiências dos *communards* ao serem congruentes entre os objetivos pelos quais lutavam e as formas como se organizaram para lutar por eles; na sequência, tecemos algumas notas sobre o “partido proletário” em Marx e Lênin; e, finalmente, apresentamos uma crítica à burocratização dessas organizações na perspectiva dos “movimentos sociais” e debatemos alguns aspectos da complexa relação entre estes e os “partidos”.²

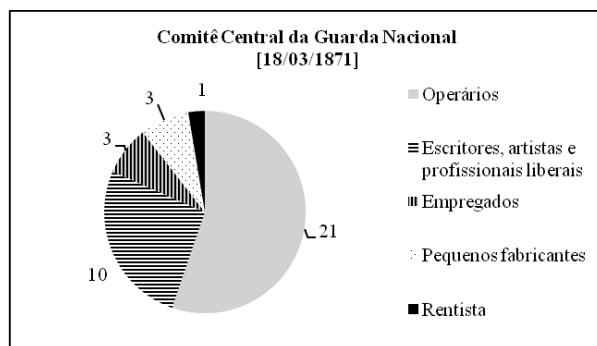
A Comuna de Paris e a prática da “direção colegiada”

Nos anos 1870, inexistiam na Europa partidos de massas, nacionais, disciplinados e programáticos, como os conhecemos hoje. Estas características somente apareceram nos anos 1890, e os partidos socialistas surgiram depois dos anos 1880 (Eley, 2005: 49-57). Antes e durante a Comuna, os revolucionários organizavam-se em clubes políticos e, à exceção dos marxistas, acreditavam que um grupo pequeno, extremamente coeso, poderia “tomar o céu de assalto” e fazer a revolução. Marx e Engels foram incansáveis opositores a esta concepção conspirativa dentro da *I Internacional*. Para eles, a revolução socialista deveria ser proletária e de massas.

² Trata-se da posição teórica e política de intelectuais de movimentos sociais, especialmente do MST, que refletiram sobre esta complexa relação. Ver Mauro e Pericás (2001).

Os clubes políticos aglutinavam os lutadores sociais de meados do século XIX, mas, provavelmente a mobilização das massas na revolução de 1871 foi a revelia dos grupos conspirativos e fechados. Talvez ela se devesse à atuação dos comunistas ligados às orientações de Marx e Engels na seção francesa da I Internacional, uma vez que tinham a missão de constituir o proletariado em classe e “formavam” a fração mais resoluta dos partidos operários, conforme predicava o *Manifesto do partido comunista* de 1848. Ou seja, junto às demais correntes (neojacobinos, blanquistas, anarquistas), influenciaram decisivamente na construção de um “semi-Estado” proletário, democrático e anti-burocrático. Quicá exatamente por estas características é que os *communards* foram congruentes entre o objetivo pelo qual lutavam (emancipação econômica do trabalho) e a forma como se organizaram para lutar por ele (“direção colegiada”). Entretanto, em função do “espontaneísmo” insurrecional de 1871,³ esta congruência não foi programática, mas construída na prática do dia a dia da Comuna, tornando-se um dos seus elementos mais importantes: o socialismo deveria ser essencialmente democrático e expressar o desejo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.⁴ Naquelas circunstâncias, significava a supremacia do trabalho sobre o capital.

Os dois principais órgãos da revolução de 1871 foram o Comitê Central da Guarda Nacional e o Conselho Geral da Comuna. Os proletários parisienses participaram de ambos e tornaram a Comuna um governo essencialmente operário, como observado por Marx.

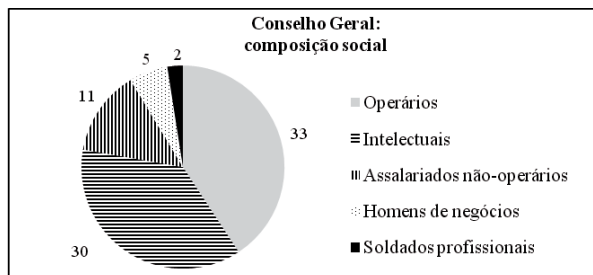


Fonte: Dados obtidos em Rougerie *apud* Boito Jr. (2002).

³ É preciso relativizar tal “espontaneísmo”, pois, como a historiografia moderna demonstra largamente, os *communards* debatiam a construção de um poder popular nos estertores do II Império bonapartista e no prelúdio da III República, em meados dos anos 1870 (Boito Jr., 2002).

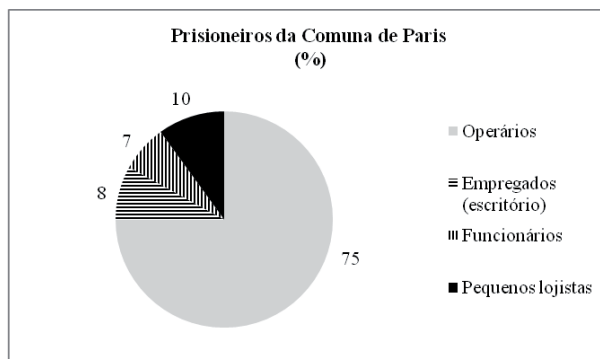
⁴ Entre as diversas medidas tomadas pela Comuna que davam seu caráter popular, deve-se destacar: a abolição do Exército permanente e da polícia; todos os cargos públicos foram submetidos ao sufrágio universal, sendo que os salários dos eleitos não podiam ser superiores à média dos salários dos operários; revogabilidade dos mandatos a qualquer momento; prática da democracia direta nas fábricas para escolha dos chefes e gerentes.

A heterogeneidade social do Conselho Geral da Comuna, eleito em 26 de março de 1871, revela o seu caráter operário e popular:



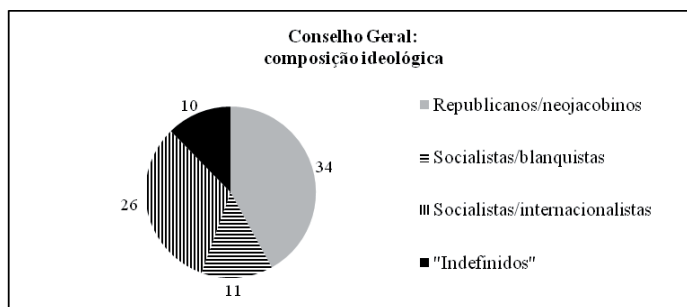
Fonte: Dados obtidos em Rudé (1982: 116-117) e em Rougerie *apud* Boito Jr. (2002). Para Rudé, entretanto, os 33 membros eram “artesãos” e não “operários”.⁵

Outra informação que reforça esta base operária e popular da Comuna são os 36 mil membros aprisionados:



Fonte: Dados obtidos em Hobsbawm (1996: 237-238)

Já a composição político-ideológica era mais ou menos a seguinte:



Fonte: Rudé (1982: 117). Os “Internacionalistas” se subdividiam em proudhonianos, bakunianos e marxistas; os “indefinidos” foram denominados dessa forma pela ausência de dados mais precisos.⁶

⁶ Sobre as correntes ideológicas, ver também Association des Amis de la Commune (1996) e Bourgin (1962).

Os neojacobinos podem ser considerados de esquerda, mas não são identificados como socialistas. São, na verdade, uma diversificação do jacobinismo dos anos 1792-1794. Os “blanquistas” constituíam um pequeno grupo secreto, coeso e determinado, que agia em nome do proletariado. Opunham-se ao sufrágio universal e defendiam a implantação da ditadura revolucionária do proletariado por meio de um golpe de Estado (Eley, 2005). Autoproclamavam-se “comunistas” e diferiam-se, fundamentalmente, dos marxistas pelos métodos da revolução proletária (Boito Jr., 2002). Os proudhonianos e os bakunianos são considerados, grosso modo, os precursores do “anarquismo” contemporâneo. Enquanto Proudhon afirma que a propriedade é um roubo, suas ideias são identificadas com o “socialismo dos pequenos proprietários”. Bakunin, opositor de Marx na *I Internacional*, prega a extinção imediata do Estado e a organização da sociedade em comunas. Não obstante essas correntes, os principais “partidos” da Comuna foram: neojacobinos, blanquistas e marxistas (Rougerie, 2001: 5).⁷

Os avanços e os limites da Comuna não se devem à atuação de um “partido revolucionário”, como ocorreria mais tarde na Revolução Russa de 1917. Exatamente pelo fato de procurarem manter certa congruência entre o objetivo pelo qual lutaram e as formas como se organizaram para lutar por ele, pode-se dizer que os *communards* praticaram uma espécie de “direção colegiada”, pois os “de baixo” controlavam os “de cima”. Naquelas condições, significava que as diversas tarefas eram divididas entre todos os seus membros, quebrando com a separação entre trabalho intelectual e manual. Esta divisão é muito comum nos “partidos” de inspiração marxista: enquanto os “dirigentes” pensam e planejam, as “bases” executam.

O “partido” em Marx e em Lênin

Marx e Engels (1998: 48) afirmam, no *Manifesto*, que toda a luta de classes é uma luta política, portanto, é preciso constituir o proletariado em classe e em partido. A partir dessa concepção de “classe-partido” e “partido-classe”, os autores alegam que “o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (1998: 50). Mais ainda: eles dizem que o objetivo dos comunistas é constituir o proletariado em classe, derrubar a supremacia burguesa e, finalmente, conquistar o poder político pelo proletariado.⁸ Parece-nos que Marx e Engels trabalham em três planos teóricos sutilmente distintos e conexos: 1) o proletariado é classe para o capital (“classe em si”); 2) ao combater o capital e seus representantes, constitui-se “classe para si”; 3) um

⁷ A Comuna de Paris ensinou a Marx e Engels que não bastava a tomada do poder burguês pelo proletariado; era preciso construir um novo Estado a serviço do trabalho e em detrimento do capital.

desdobramento avançado em relação aos dois anteriores: além de combater a burguesia no plano das reformas, miram a derrubada da supremacia burguesa e a tomada do seu poder político. Portanto, constitui-se “classe revolucionária”. Esta última condição ocorre em momentos raros na história, uma vez que, no seu cotidiano, o proletariado “oscila” entre “classe em si” e “classe para si”.⁹ Em tese, se os três planos fazem sentido, os diversos partidos operários encontrados concretamente, cujos comunistas não se opõem, contribuem na constituição do proletariado em “classe para si”, mas cabe aos comunistas constituí-lo também “classe revolucionária”, uma vez que representam os seus interesses comuns.

Segundo Löwy,

o partido comunista não deve se organizar *ao lado* ou *no lugar*, mas dentro do partido proletário enquanto “fração” mais decidida e mais consciente. Em outras palavras, os comunistas devem constituir um partido dentro do partido operário, o que nos permite compreender porque o *Manifesto* fala de *partido comunista* enquanto nega que constitui um “partido distinto em oposição a outros partidos operários”... [grifos do autor] (Löwy, 2002: 219).

Mais adiante, ele afirma que a proposta de Marx e Engels, qual seja, a da vanguarda no interior do movimento de massas, tinha por objetivo “evitar a um só tempo os escolhos do sectarismo utópico, isolado e à margem das lutas operárias, e os escolhos da dissolução pura e simples dos comunistas na massa proletária” (Löwy, 2002: 219).¹⁰

Claudín, por sua vez, assegura que para Marx “no existía el partido del proletariado, sino el proletariado como partido” [grifos do autor] (1975: 323). Quer dizer, “esta noción de clase-partido o partido-clase es una de las nociones operatorias fundamentales de Marx en sus grandes análisis de la revolución de 1848, generalmente bajo las expresiones de ‘partido del proletariado’, ‘partido de la burguesía’, ‘partido de la pequeña burguesía’, etcétera”. Isso significa que, para Marx, “la clase, el conjunto de sus organizaciones, partidos, individuos, actúa como ‘partido’ frente a las otras clases” (Claudín, 1975: 323).

⁹ Esta oscilação não é uma mera opção, mas muitas vezes as instituições repressivas do Estado burguês o obrigam a recuar nas lutas.

¹⁰ Löwy afirma que a concepção de partido em Marx é democrática, tanto que sua adesão à Liga dos comunistas, em 1847, só ocorreu depois que foram eliminados os traços autoritários e conspirativos dos seus estatutos (2002: 203-205). Também Claudín sugere o mesmo ao se referir à participação de Marx e Engels na Liga de 1848 e, depois, na Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864. Tais participações “ilustran, sobre todo, la idea profundamente democrática y antidogmática que Marx y Engels tenían del funcionamiento interno del partido obrero, tanto en el plano organizacional como ideológico y político (...)” (1975: 326).

A criação do partido operário deve ser obra dos próprios operários por meio da agrupação e das articulações provinciais e nacional de associações criadas espontaneamente pelos trabalhadores mais conscientes. Esta concepção partidária – aliás mais ampla que o entendimento moderno de partido político – não se baseia em nenhuma teoria prévia: “Su ideología va formándose en el proceso mismo de la construcción de la organización. Lo más concreto son las plataformas de reivindicaciones sociales y políticas que aprueban los sucesivos congresos. Se trata, en una palabra, de un partido obrero de tipo cartista” (Claudín, 1975: 325).

Em Lênin, não há uma teorização única de partido. Em uma de suas formulações, por exemplo, ele defende que, uma vez que a massa dos operários e camponeses tenha consciência política, ela mesma deve dirigir a economia do país:

O partido comunista dirige a massa dos operários sem partido, esclarecendo, preparando, instruindo, educando essa massa (a ‘escola’ do comunismo) inicialmente dos operários, e depois também dos camponeses, para que ela possa alcançar e alcance a concentração nas suas mãos da direção de toda a economia nacional (Lênin, 1986: 216).¹¹

Mesmo nos momentos de clandestinidade mais dura (tzarismo), duvidamos que ela teve o tratamento verticalizado e autoritário com que se transformou pós-revolução de 1917. Senão, vejamos.

Em *Que fazer?*, publicado em 1902, Lênin esboça um tipo de partido de quadros e hierarquicamente organizado. Nesse período, a militância político-partidária dos comunistas russos era realizada sob a ilegalidade imposta pelo tzarismo em condições de extrema repressão política. Afirma ele:

Para o socialdemocrata do Ocidente, essa tarefa é facilitada pelas reuniões e assembleias populares assistidas por todos aqueles que o desejam, pela existência do Parlamento, onde fala diante dos deputados de todas as classes. Não temos Parlamento, nem liberdade de reunião, mas, contudo, sabemos organizar reuniões com os operários que desejam ouvir um socialdemocrata (Lênin, 1979: 65).

O autor justifica que, naquelas circunstâncias,

a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. (...) Para levar aos operários os conhecimentos políticos, os

¹¹ Nota-se também nesta passagem que o “partido” é escola de formação política.

socialdemocratas devem ir a todas as classes da população, devem enviar em todas as direções os destacamentos de seu exército (Lênin, 1979: 62-63).¹²

Caracterizando ou sistematizando melhor o papel que cabia aos revolucionários russos, mais adiante defende que, para a derrubada do regime autocrático, não apenas “[podiam], mas [deviam] dirigir, de qualquer forma, essa ‘atividade intensa das diferentes camadas da oposição’ se [quiserem] ser a ‘vanguarda’” (1979: 65). Por isso mesmo, “apenas o partido que organize verdadeiramente as revelações visando o povo inteiro poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias” (1979: 67).¹³

O desempenho satisfatório da vanguarda requer uma estrutura política profissional, capaz de enfrentar com destreza política o aparelho estatal repressivo, a polícia política czarista. Ou seja,

esses operários, os elementos médios da massa, são capazes de demonstrar uma energia e uma abnegação prodigiosas em uma greve, em um combate de rua com a polícia e as tropas policiais; são capazes (e são os únicos capazes) de decidir o resultado de todo o nosso movimento; porém, justamente a luta contra a polícia política exige qualidades especiais, exige revolucionários profissionais (Lênin, 1979: 80).

Lênin, entretanto, deixa claro que

um pequeno núcleo compacto, composto de operários mais seguros, mais experimentados e mais fortalecidos, um núcleo tendo homens de confiança nos principais bairros, e ligado de acordo com as regras da mais estrita ação clandestina à organização dos revolucionários, poderá perfeitamente, com maior colaboração da massa e sem qualquer regulamentação, encarregar-se de todas as funções que competem a uma organização profissional e, além disso, realizá-las exatamente segundo as aspirações da socialdemocracia. Somente assim poderemos consolidar e desenvolver, apesar de toda a polícia, o movimento profissional socialdemocrata (1979: 86).

Finalmente, ele destaca que o funcionamento do partido revolucionário depende das circunstâncias políticas em que está inserido. Portanto, sob as duras

¹² Embora possa parecer que é somente sob estas condições (autocracia czarista) que a “consciência” deve ser levada ao operariado do “exterior”, o partido leniniano deve conscientizá-lo para a revolução mesmo nos períodos de democracia.

¹³ Trata-se de revelações políticas para a classe operária, sobretudo “de conhecimentos políticos amplos e vivos”. A classe operária “é a mais capaz de aproveitar esses conhecimentos para empreender uma luta ativa, mesmo que não prometa qualquer ‘resultado tangível’” (Lênin, 1979: 67). Ele defende que o meio para isso é uma imprensa voltada a esclarecer as massas.

condições de clandestinidade, o partido não poderia ser amplo, de massas, pois, se fosse, fracassaria: “Se começamos por constituir uma organização operária ampla, pretensamente a mais ‘acessível’ à massa (na realidade, a mais acessível aos policiais e que tornará os revolucionários mais acessíveis à polícia), não atingiremos nenhum desses objetivos” (Lênin, 1979: 86). E acrescenta:

A concentração de todas as funções clandestinas entre as mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa absolutamente que esses “pensarão por todos”, que a multidão não tomará parte ativa no movimento. Ao contrário, a multidão fará surgir esses revolucionários profissionais em número sempre maior, pois saberá, então, que não basta alguns estudantes e alguns operários, que conduzem a luta econômica, reunirem-se para constituir um “comitê”, mas é necessário, durante anos, que procedam à sua educação de revolucionário profissional; e a multidão não “pensará” unicamente no trabalho artesanal, mas exatamente nessa educação. A centralização das funções clandestinas da organização não significa absolutamente a centralização de todas as funções do movimento. Longe de diminuir, a colaboração ativa de maior quantidade de literatura ilegal multiplicar-se-á dez vezes, quando uma “dezena” de revolucionários profissionais centralizarem em suas mãos a edição clandestina dessa literatura (Lênin, 1979: 90).

Antes de prosseguirmos, duas observações sobre a proposta de partido em *Que fazer?*: 1) embora se possa afirmar que se diferencia daquela expressa em linhas gerais no *Manifesto*, ela preserva alguns elementos importantes ao considerar os “operários médios” como os *únicos capazes* de decidir os rumos da revolução. No *Manifesto*, o proletariado, organizado em classe e em partido, é a única classe verdadeiramente revolucionária. Para Lênin, sem estes “operários médios”, não haveria revolução, mesmo que o enfrentamento à polícia política coubesse aos revolucionários profissionais; 2) ele destaca que não obstante a organização estivesse na clandestinidade, o apoio das massas era fundamental para o êxito da revolução. Mas não só: ele é enfático ao afirmar que os “revolucionários profissionais” (a vanguarda) não “pensarão por todos”. Mais uma vez, a revolução só faz sentido se for de massas e que *elas se tornem parte ativa do processo*. Trata-se também de uma aproximação com o *Manifesto*: massas ativas não são massas de manobra, portanto, a revolução proletária é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. Parece-nos que muitas organizações políticas ao longo dos séculos XX e XXI “esqueceram-se” de organizar e mobilizar as massas como parte ativa da revolução socialista.

Voltemos a LÊNIN. Nos prenúncios das revoluções de 1905 e de fevereiro de 1917 na Rússia, as condições políticas mudaram, os partidos e sindicatos passaram a ter uma vida “semilegal” ou “legal”. Diante das novas possibilidades que se anunciavam, ele reformulou seu posicionamento anterior e se manifestou, em várias ocasiões, favorável à ampliação do partido e à incorporação das massas operárias. Propunha um partido de massas baseado no “centralismo democrático”. Mesmo que tenha enfatizado o elemento “democrático”, os processos revolucionários posteriores a 1917 priorizaram o “centralismo” em detrimento da democracia interna: os partidos se burocratizaram e se transformaram em “vanguardas”.

Entre o *Que Fazer?* (1902) e *Um passo em frente, dois passos atrás* (1904), portanto, LÊNIN muda de posição política: em *Que Fazer?* defendia um partido profissional e “fechado” (não totalmente fechado às massas, pois elas são fundamentais para o sucesso da revolução); mas, em *Um passo em frente...* propunha um partido de massas e o “centralismo democrático”. Entretanto, a revolução de 1905 não o levou a acreditar que a transformação socialista se daria apenas pela via institucional. Ao contrário,

[o] III congresso [do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR)] tem em conta uma próxima mudança radical da nossa atividade. Não se deve abandonar de forma alguma a atividade conspirativa e o desenvolvimento do aparelho conspirativo (...). Mas agora [referindo-se à revolução de 1905] já não se pode deixar de pensar também na ação direta aberta. É preciso preparar imediatamente as formas convenientes desta ação e por conseguinte aparelhos especiais, menos conspirativos, para este fim (LÊNIN, 1984: 232-233).

Não é muito difícil notar que LÊNIN não teve e nem manteve uma única posição em relação à organização política do proletariado russo: as circunstâncias históricas concretas foram fundamentais para as suas (re)formulações. Todavia, mesmo nos momentos de democracia burguesa, não acreditava que as transformações radicais se restringiriam às lutas institucionais e que as classes dominantes permitiriam a transição pacífica ao socialismo. Então, o partido deveria conservar dois núcleos ativos simultâneos, um “clandestino” (partido fechado para a polícia) e outro “legal” (partido aberto para as massas). É um erro teórico e político, tático e estratégico, identificar a proposta leniniana de partido ressaltando apenas as formulações sob a ditadura czarista, embora ele próprio não tenha descuidado de a necessidade da revolução ter respaldo das massas naquelas circunstâncias. Quando a situação mudou (democracia burguesa), propôs que o partido adotasse o princípio do “centralismo democrático” como forma de evitar o “assembleísmo” paralisante. Infelizmente, as deformações stalinistas posteriores contaminaram várias organizações, inclusive as supostamente anti-stalinistas.

“Partidos” versus “movimentos”: breves considerações

Ao contrário do que fizemos em relação ao “partido”, não temos a mesma preocupação em refinar, conceitualmente, o que entendemos por “movimento social”, a despeito da importância, do amplo debate e da complexidade do tema. Entretanto, para não deixarmos uma “lacuna” teórica sobre o assunto, sumariamente adiantamos que o consideramos como um *instrumento político típico das classes dominadas, exploradas e oprimidas*. Por similaridade ao “movimento operário”, concordamos com Álvaro Vieira Pinto quando afirma que

os “ricos” não podem fazer greve porque, sociologicamente falando, não trabalham. Logo, não tem sentido dizer-se deles que cessam ou suspendem uma coisa que não fazem. (...) Os “ricos” são homens extremamente ocupados na direção dos seus negócios, na gerência de suas fábricas, bancos, empresas, na administração de suas fazendas (...). Como, então, dizer que esses homens não trabalham? (...) Apesar de tanta agitação, de toda a ocupação de tempo, em que se consomem, essa atividade não é trabalho, porque é o serviço, exigido deles, para a conservação, defesa e alargamento do capital que possuem. Não são homens de trabalho simplesmente porque são homens de capital. (...) [Os operários] trabalham de fato porque, no regime atual, vendem sua força de trabalho; os ‘ricos’ não trabalham, porque se ocupam exclusivamente em comprar essa mercadoria (...) [grifos no original] (1962: 89-90).¹⁴

Grosso modo, se consideramos a base social dos “movimentos sociais” constituída predominantemente pelo proletariado *lato sensu* – desprovido de meios de produção, mas não necessariamente vendedor de sua força de trabalho para o capital (só consegue vender quando o aumenta) –, eles podem incluir o proletariado *stricto sensu* (vende sua força de trabalho porque aumenta o capital), bem como os setores empobrecidos das classes médias (assalariados não-operários, estudantes etc.). A título de ilustração, é possível encontrar entre os “sem-teto” operários empregados (ou subempregados) nas fábricas que, ao mesmo tempo, militam em movimentos que reivindicam a moradia.

Feitas estas breves considerações, retomamos o objeto deste artigo.

A atual crise político-ideológica dos partidos marxistas, pelo menos no Brasil, não os levou a fazerem uma autocrítica desse processo: continuam insistindo na incongruência entre o objetivo pelo qual lutam (“socialismo”) e a forma como se organizam para lutar por ele (“vanguarda”)¹⁵. Este é um dos motivos

¹⁴ Não obstante o autor utilize a categoria “ricos”, ele não descuida do caráter de classe ao situá-los nas classes dominantes.

¹⁵ Não me refiro a nenhuma agremiação em particular, mas, de modo geral, esta incongruência e a falta de autocrítica atingem praticamente a todas elas, estejam ou não inseridas institucionalmente.

da falta de legitimidade junto às massas e da sua burocratização. Por outro lado, intelectuais do MST têm procurado refletir criticamente sobre esta relação, até pelo fato de se tratar de um movimento político e de se ter inserção de massas. Se nos acampamentos ou assentamentos do movimento se pratica alguma espécie de “horizontalidade política e social”, que poderia lembrar as práticas dos *communards*, ela rompe com o “vanguardismo” de muitos partidos de esquerda na atualidade.

Vários autores apresentam o MST como um movimento social de “novo tipo” por ser uma “mistura de movimento popular de massas e organização política de caráter anticapitalista” (Buzetto, 2002: 22), ou seja, incorpora luta social, sindical e política.

Ao procurarem debater a intersecção política entre “partido” e “movimento”, Mauro e Pericás afirmam que o MST é, ao mesmo tempo, reivindicatório (demanda específica), político (ação direta) e de classe (subversão da ordem social):

É certo que [o MST] tem características reivindicativas específicas, mas não se encerra nelas. Ou seja, vai além de simples demandas pontuais. Também gravita em torno de participação política direta, mesmo que não se envolva com a política eleitoral. O MST certamente não representa a totalidade da classe trabalhadora, mas pelo menos, uma parcela dela. Ele não pode abarcar por completo um suposto termo “movimento operário” da forma clássica, mas é, sem dúvida, um movimento marcadamente com caráter de classe (2001: 77).

Na sequência, os autores fazem algumas críticas à atuação dos partidos:

Já os partidos de massa, pelo que podemos notar, em muitos casos têm sofrido desvios ideológicos e extrema burocratização. Mesmo com estatutos e processos de controle complexos, se caracterizam por uma verticalização do poder. Controlados por uma minoria de “profissionais” da política, demonstram os vícios e os ranços desta posição verticalizada. As tendências “oligárquicas”, assim, se fazem presentes, com os dirigentes colocando em suas mãos as principais decisões e tomando conta dos principais canais da máquina partidária. Mesmo que em teoria as bases muitas vezes se pronunciem, o que se pode notar, ao longo dos anos, é a dificuldade de se criar novos quadros e lideranças. Por meio de acordos – tácitos ou explícitos –, o grupo dirigente acaba se estabilizando em suas posições “privilegiadas”. Esta “aristocracia” partidária pode, em muitos casos, até mesmo manipular os próprios questionamentos das bases e tornar suas posições as mais aceitas para todo o agrupamento. O que podemos notar é que até mesmo em alguns partidos de esquerda supostamente representativos, há um considerável número de membros em funções legislativas nos níveis municipal, estadual e federal que se “profissionalizaram”. Ou seja, estão afastados de suas bases e das lutas de massas, e conhecem melhor os dispositivos regimentais de seu local de

trabalho – como o Congresso Nacional, por exemplo – do que necessariamente o processo político cotidiano nas ruas (Mauro e Pericás, 2001: 77-78).

Os autores também afirmam que certas organizações de esquerda encerram suas estratégias nas eleições e que os candidatos eleitos não querem mudanças estruturais profundas, mas apenas cargos: “O problema não está em disputar ou não eleições, mas sim em questionar a sua finalidade. Os espaços conquistados devem servir para acumular forças rumo a profundas transformações estruturais. Dentro desse espírito, todas as formas de luta são importantes” (Mauro e Pericás, 2001: 79).

Por outro lado, os “movimentos sociais” são criticados por não possuírem um “programa”, ao que os autores respondem que eles têm um “programa provisório” ou “esboço de programa”, uma vez que “não se produz um programa político de um dia para o outro, por um pequeno grupo de pessoas dentro de um escritório, mas sim durante os processos de luta” (Mauro e Pericás, 2001: 80-81). Segundo eles, nem sempre na história das revoluções os partidos desempenharam papel fundamental, como o *Movimento 26 de Julho* durante a Revolução Cubana.¹⁶

“Partidos” e “movimentos” parecem formas antitéticas de organização das classes populares. Mas só aparentemente, mesmo que em determinados momentos da história os “partidos” tenham se sobressaído em relação aos “movimentos”, como foi o caso, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980. O que não quer dizer que os movimentos sociais não foram fundamentais na criação daquele partido. Não só eles, como o próprio movimento operário organizado sindicalmente (metalúrgico, sobretudo) se constituiu sua principal base social.¹⁷

Embora nascido do movimento de massas, de oferecer novo oxigênio às lutas populares nos agonizes da ditadura militar brasileira, nem por isso o PT manteve-se congruente entre o objetivo inicial pelo qual lutava (alguma espécie de “socialismo”) e as formas como se organizava para atingi-lo (privilegiou as lutas institucionais em detrimento das ações diretas).

Em contraste com essa concepção de partido eminentemente de base operária, defendida por Ianni (1980), Mauro e Pericás propõem que se leve em conta o protagonismo dos “camponeses” ou trabalhadores rurais em diversas experiências desde a Revolução Russa até a Revolução Nicaraguense, quando

¹⁶ Este é um exemplo interessante, pois o antigo PSP (Partido Socialista Popular) era contrário à revolução armada, mas, depois dela (1959), se transformou em PCC (Partido Comunista de Cuba).

¹⁷ Entre os inúmeros trabalhos que tratam das greves do final dos anos 1970 e do surgimento do PT, ver Ianni (1980).

tiveram uma participação ostensiva. Mesmo à esquerda, “prevalece a crença de que a ‘vanguarda’ deve ser necessariamente do proletariado urbano” (2001: 85). E dizem mais: as organizações da classe operária (partidos, sindicatos, movimentos sociais) não são necessariamente revolucionárias, uma vez que “não é preciso, portanto, estar inserido dentro de um ambiente industrial para se ter uma aproximação com outros setores do proletariado e se desenvolver uma consciência política” (2001: 86). A rigor, nenhuma das classes que compõem o campo popular é fundamentalmente revolucionária. É preciso, portanto, constituir-las “classes revolucionárias”.

A “saída” apresentada pelos autores é que se faz necessário criar uma organização política que tenha tanto aspectos de “partido” como de “movimento” e que “possua necessariamente uma organicidade e uma estrutura definidas. Esta organização precisa ter uma ampla penetração nas massas, ser antidogmática e ter a capacidade de unificar as lutas políticas no país” (Mauro e Pericás, 2001: 86).

Parece-nos que as práticas políticas mais horizontais que mobilizam as massas – desde que orientadas por um “programa” político anti-sistêmico – são a chave para a construção de um “novo” partido. Se isto faz algum sentido, as proposições de Marx e Engels no *Manifesto* sobre o partido do proletariado permanecem atuais: a luta pelo socialismo deve ser essencialmente o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.

Bibliografia

- ASSOCIATION DES AMIS DE LA COMMUNE (1996). *La Commune: la démocratie en marche*. Paris: Ader.
- BOITO Jr., A. (2002). Comuna democrática ou Comuna operária? A tese de Marx colocada à prova. In: _____. (org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã.
- BOURGIN, G. (1962). *La Comuna*. Buenos Aires: Universitaria de Buenos Aires.
- BUZETTO, M. (2002) *O antiimperialismo na luta do MST: questão agrária e questão nacional na construção de um projeto popular para o Brasil*. Dissertação, Mestrado, Ciências Sociais, PUC/SP.
- CLAUDÍN, F. (1975). *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madrid: Siglo XXI.
- COSTA, S. (1998). *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Anita Garibaldi.

- _____ (s/d). *Comuna de Paris: el proletariado intenta tomar el cielo por asalto*. Ensayos políticos. [mimeo].
- ELEY, G. (2005). *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo.
- ENGELS, F. (s/d) Introdução de Engels. In: *Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega.
- HOBSBAWM, E. (1996). *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, O. (1980). *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec.
- LÊNIN, V. I. (1986). A crise do partido. In: *Obras escolhidas*. v. 5. Moscou: Edições Progressos; Lisboa: Edições “Avante!”.
- _____ (1984). Um passo em frente, dois passos atrás. In: *Obras escolhidas*. v. 1. Moscou: Edições Progressos; Lisboa: Edições “Avante!”.
- _____ (1979). *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec.
- LÖWY, M. (2002). *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes.
- MARTORANO, L. C. (2002). Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris. In: BOITO Jr., A. (org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã.
- MARX, K. (s/d). A guerra civil na França. In: *Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, K; ENGELS, F. (1998). O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, O. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo.
- MAURO, G.; PERICÁS, L. B. (2001). *Capitalismo e luta política no Brasil: na virada do milênio*. São Paulo: Xamã.
- PINTO, Á. V. (1962). *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Coleção Cadernos do Povo Brasileiro].
- ROUGERIE, J. (2001). Tradição e criação na Comuna de Paris: continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária? *Crítica Marxista*, n. 13, Campinas.
- RUDÉ, G. (1982). *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WILLARD, C. (2002). Uma obra sempre no centro da atualidade. In: WILLARD, C. et alii. *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone.